



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**ATA Nº 03**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 14/02/2012**  
**(Contém folhas)**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Luís de Almeida Gonçalves	(PS)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Gonçalo Barateiro Diogo	(PS)

*Faltaram os seguintes membros:*

**Presidente:**  
**Vereador:**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

### REUNIÃO DE 14/02/2012

#### ATA Nº 03

----- Aos catorze dias do mês de fevereiro do ano dois mil e doze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho, Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Luís de Almeida Gonçalves, João dos Santos Alves e Gonçalo Barateiro Diogo. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 31 de janeiro 2012 foi aprovada por maioria, com uma abstenção, do Sr. Vereador Luís de Almeida Gonçalves. -----

#### 1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES

##### 1.1 - O Sr. Presidente informou o restante Executivo do seguinte: -----

----- Que começa hoje a ser dirimida em Tribunal a ação que o Município interpôs contra a Visabeira, na sequência do processo que teve origem com a deslocação da fábrica "Pinewells" do concelho de Pampilhosa da Serra para outro concelho; -----

----- Que, dentro de pouco tempo, vai ter início a construção do Lar de Idosos do Carregal; -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Que, esteve presente num Colóquio sobre comportamentos de risco, promovido pela Cáritas Diocesana de Coimbra, no âmbito da comemoração dos 30 anos de existência desta instituição, com a presença de várias entidades, em que houve oportunidade de abordar o assunto da conclusão da obra do Lar de Portela do Fojo com o Sr. Presidente da Cáritas Diocesana de Coimbra. -----

----- Que, continua a debater-se e a diligenciar junto das entidades competentes, para que sejam apresentadas soluções favoráveis no que à eventual extinção do Tribunal de Pampilhosa da Serra diz respeito, bem como ao problema que se prende com a dificuldade de acesso ao sinal da TDT no nosso concelho e também à necessidade de dar continuidade ao projeto do novo Centro de Saúde e ao projeto de retificação da estrada Portela do Vento / Góis. -----

----- Que, tem reunido com representantes das coletividades que detêm a propriedade dos sistemas de abastecimento de água de algumas localidades do concelho e que algumas têm manifestado resistência em abdicar dessa condição. Tal procedimento determina que haja injustiça relativamente aos munícipes que pagam a água que consomem, as taxas de saneamento e de recolha de lixo. Após consulta à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), foi-nos informado que as coletividades não podem ser detentoras de abastecimentos de água, pelo que, terá de ser revista a forma de abordagem a esta situação. -----

----- Que, no passado dia 9, esteve presente no lançamento da revista jurídica "Terra de Lei", editada pela Associação de Juristas de Pampilhosa da Serra e apresentada pelo Professor Marcelo Rebelo de Sousa, que considerou a edição de enorme qualidade. -----

----- Estiveram ainda presentes o presidente e o vice-presidente do Supremo Tribunal, Noronha Nascimento e António Henriques Gaspar. O Presidente da Associação, juiz desembargador Luís Lameiras manifestou a sua preocupação pela possível extinção do Tribunal de Pampilhosa da Serra, sobre a qual também se pronunciou o Sr. Presidente da Câmara. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

## 2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

### 2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 2.1.1 - Moção

- "Para que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem seja paga diretamente pelas empresas de telecomunicações e não pelos consumidores"

----- Pelo Sr. Presidente foi apresentada a seguinte proposta de Moção: -----

----- A Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) foi criada pela Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei nº 5/2004, de 10/02, atenta a atual redação conferida pela Lei 51/2011, 13/09). Referindo o nº 2 do seu artigo 106º que: -----

----- "(...) 2 - Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), a qual obedece nos seguintes princípios: -----

----- a) A TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município; -----

----- b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%". -----

----- Daqui resulta que o legislador colocou o ónus financeiro no cliente final, no consumidor, nos nossos municípios, com o qual a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra não pode deixar de discordar. E assim é, porque: -----

----- As taxas assentam na prestação concreta de um serviço ou na utilização de um bem do domínio público. Assim, a TMDP é a contraprestação pela concessão de um direito de utilização do subsolo, direito esse que é concedido pelos municípios às operadoras de telecomunicações. Pelo que, parece-nos claro que a TMDP deveria ser suportada pelas operadoras de telecomunicações e não pelo consumidor final. Aliás, em última análise, a cobrança da TMDP deveria ser feita por um valor e não por um percentual sobre cada fatura. -----

----- De facto as operadoras de telecomunicações continuam a obter lucros escandalosos, pelos serviços que prestam, não tendo sequer de suportar estes encargos inerentes à sua atividade. Pelo contrário, são os nossos municípios, seus clientes, que com o agravamento crescente do custo de vida, ainda têm de pagar esta taxa. -----

----- Apesar dos valores em causa, para o orçamento municipal, serem irrisórios e o seu peso nos orçamentos familiares ser diminuto, o pagamento da TMDP pelas operadoras de telecomunicações seria um ato da mais elementar justiça. -----

----- Sobre a questão da aplicação da TMDP, que tanta controvérsia tem gerado, atente-se também ao facto de nem sempre as empresas de telecomunicações transferirem para os municípios os valores que cobram aos consumidores, valores esses que os municípios





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

reclamam, muito justamente, aliás! E, saliente-se a este propósito, que a legislação em vigor não prevê qualquer sanção para as operadoras de telecomunicações, pelo incumprimento do artigo 106º. -----

----- Pelo exposto, parece de suma importância que se procedam às necessárias alterações à Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro. -----

----- Assim, a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, na sua reunião ordinária realizada em 14 de Fevereiro do corrente ano, delibera por unanimidade: -----

----- 1. Manifestar discordância pela cobrança da TMDP diretamente aos clientes finais;

----- 2. Solicitar à Assembleia da República a alteração à Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro, atenta a redação em vigor, para que, nomeadamente: -----

----- a) A TMDP passe a ser suportada diretamente pelas operadoras de telecomunicações e não pelos consumidores; -----

----- b) Sejam previstas sanções para as empresas que, desrespeitando o artigo 106º, não efetuem o respetivo pagamento aos municípios. -----

----- Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal a presente Moção. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.1.2 - Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense** **- Pedido de apoio**

----- Foi presente uma carta da Direção do Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense, a informar sobre as dificuldades financeiras que o Grupo e a Escola de Música suportam, pelo que, solicitam o apoio possível da Autarquia para fazer face às despesas inerentes à atividade que desenvolvem. -----

----- Face ao exposto, a Câmara Municipal, considerando que o Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense tem tido um percurso artístico notório e é reconhecido como um grande embaixador da cultura pampilhosense, deliberou por unanimidade conceder um subsídio mensal de 1.200 Euros, mediante protocolo. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 2.2 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

##### 2.2.1 - Autarquias Locais - Tolerância de ponto no dia de Carnaval

----- Foi presente uma circular da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, a informar acerca do enquadramento legal da designada "tolerância de ponto", na sequência da decisão do Governo em não conceder o feriado de terça-feira de Carnaval. -----

----- No que ao Município de Pampilhosa diz respeito, o Sr. Presidente da Câmara referiu que em sua opinião e uma vez que o tradicional Corso Carnavalesco da Pampilhosa, realiza-se sempre ao domingo, considera que não fará sentido conceder tolerância de ponto na terça-feira, dia 21 de fevereiro, uma vez que nesse dia nunca se realiza na Pampilhosa qualquer evento relacionado. Assim, propõe que não seja concedida a referida tolerância de ponto. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.3 - SERVIÇOS JURÍDICOS

##### 2.3.1 - Cessão de Exploração do "Bar da Cal", sito junto da Albufeira da Barragem de Santa Luzia, propriedade do Município de Pampilhosa da Serra

- Denúncia de Contrato

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- " Deu entrada nos Serviços da Autarquia, em 06/02/2012, um ofício subscrito pelo Sr. António Manuel Gomes Pereira Martins, onde informa que pretende pôr fim à cessão de exploração do Bar da Cal, propriedade deste Município, denunciando o contrato estabelecido em 30 de agosto de 2010. -----

----- Tendo em conta que o ofício não refere a partir de que data se operará a denúncia cessando, consequentemente, a exploração do Bar, indagou-se o (ainda) cessionários telefonicamente, tendo o mesmo referido que pretende cessar a exploração do mesmo a partir do dia 29 de fevereiro de 2012. -----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto, cumpre informar o seguinte: -----

----- 1. O referido contrato atingiria o seu terminus em 30/08/2012; -----

----- 2. Dispõe a Cláusula Quarta do mesmo que: -----

----- “UM – a cessão de exploração do aludido estabelecimento comercial extinguir-se-á: (...) ---

----- 1.3 Por denúncia, devendo qualquer das partes manifestar a sua vontade nesse sentido, por carta registada com A.R., com a antecedência mínima de sessenta dias, relativamente ao termo do prazo indicado na cláusula terceira ou dos prazos das suas renovações. (...)” -----

----- Assim, verifica-se que foi cumprido o prazo estipulado no ponto 1.3 da Cláusula Quarta. -----

----- 3. Cumpre ainda informar que, dispõe a Cláusula Décima Quarta do mesmo contrato que: -

----- “UM – No termo do direito de exploração/ocupação, ou em caso de extinção do mesmo por qualquer causa ou modo previsto na Cláusula Quarta, o SEGUNDO CONTRAENTE fica obrigado a restituir ao PRIMEIRO todos os bens constantes do Anexo I (propriedade do Município de Pampilhosa da Serra), ressalvadas as deteriorações inerentes a uma normal e prudente utilização dos mesmos e o espaço limpo e devoluto de pessoas e bens e no estado em que o recebeu, ressalvadas as deteriorações inerentes a uma normal utilização e às eventuais benfeitorias que tenham sido feitas, atento o disposto no número dois da Cláusula Sexta. -----

----- DOIS – Em caso de perecimento ou danificação de quaisquer bens constantes do Anexo I, o SEGUNDO CONTRAENTE obriga-se a pagar ao PRIMEIRO CONTRAENTE um valor equivalente ao preço médio de mercado de aquisição dos referidos bens, à data da cessação do contrato. -----

----- TRÊS – A caução (de 15.000€) considerar-se-á extinta, no prazo de 30 (trinta) dias se, após fiscalização/visita ao local pelo PRIMEIRO CONTRAENTE, este verificar que os espaços objeto do presente contrato se encontram em perfeitas condições de serem recebidos,” -----

----- Pelo que se sugere que seja agendada uma vistoria conjunta ao local, imediatamente antes da entrega das chaves, a fim de conferir a existência in loco e o bom funcionamento dos bens móveis, propriedade do Município de Pampilhosa da Serra, constantes do Anexo I ao contrato e da adenda efetuada ao mesmo, bem como aferir se o local se encontra limpo e devoluto e em perfeitas condições de ser rececionado. -----

----- 4. Por último informa-se que se encontram por liquidar os montantes das rendas respeitantes aos meses de Janeiro e fevereiro de 2012, o que totaliza 200,00 Euros.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aceitar a denúncia do contrato de Cessão de Exploração do “Bar da Cal”, sito junto da Albufeira da Barragem de Santa Luzia, propriedade do Município de Pampilhosa da Serra, e proceder de acordo com o teor da Informação dos Serviços-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 2.3.2 - Abertura de Concurso para Adjudicação da Cessão de Exploração do Café/Bar do Casal da Lapa - "Bar da Cal", sito junto da Albufeira da Barragem de Santa Luzia

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----  
----- *"Tendo em conta a denúncia do contrato de cessão de exploração do café/bar "Bar da Cal", sito junto à albufeira da barragem de Santa Luzia; -----*  
----- *Considerando que importa respeitar os prazos legais de abertura e tramitação do concurso público para adjudicação da cessão de exploração daquele café/bar, sugere-se que se proceda à abertura do referido concurso, nos termos e condições constantes do Aviso, Programa de Concurso e Caderno de Encargos que se anexam à presente. -----*  
----- *Mais se propõe que o Júri do Procedimento seja constituído pelos seguintes elementos: -----*  
----- *Presidente: Jorge Alves Custódio, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra; Vogal: Fernando Pereira Alves, Chefe de Divisão de Obras e Urbanismo, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos; Vogal: Maria Eugénia Bernardo Mota Pereira, Técnica Superior; Vogal Suplente: Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, Chefe de Gabinete."* -----  
----- Face ao exposto, depois de analisar o teor da informação e dos documentos a ela anexos, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar: -----  
----- A abertura de concurso público para adjudicação da cessão de exploração do café/bar do Casal da Lapa "Bar da Cal"; -----  
----- O Aviso, Programa de Concurso e Caderno de Encargos anexos à informação emitida pelos Serviços Jurídicos, nos precisos termos em que se encontram redigidos, os quais se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos; -----  
----- O Júri proposto para o procedimento. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 3 - DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

#### 3.1 - OBRAS PÚBLICAS

- 3.1.1 - Pedido de alteração da cláusula contratual do prazo de execução
- Empreitada: Variante a Vidual de Cima
  - Adjudicatário: Construções JJR & Filhos, S.A





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em consideração a empreitada em epígrafe, a firma adjudicatária, Construções JJR & Filhos, S.A, apresentou em 10/02/2012, um pedido de alteração à cláusula 2ª do contrato de empreitada (prazo contratual), pretendendo que o prazo contratual passe a ser de 570 dias em detrimento do previsto de 450 dias, tendo como justificação os seguintes aspetos: -----

----- 1) A obra situa-se a uma altitude considerável que durante o período de inverno apresentou sistematicamente muito nevoeiro, ventos fortes, baixas temperaturas e em alguns períodos índices de pluviosidade consideráveis, o que dificulta/inviabiliza a execução dos trabalhos de terraplanagens, com índices de produtividade adequados e de acordo com o previstos; -----

----- 2) A pluviosidade elevada, que se registou nalguns períodos, aliada ao tipo de solo, inviabilizou, por longos períodos, a execução de aterros uma vez que se verificou que o teor em água dos solos de escavação está muito acima do aceitável para uma boa execução dos aterros; -----

----- 3) Pelo descrito no ponto anterior e pela complexidade e dimensão dos aterros foi suspensa a execução dos mesmos procedendo-se apenas à execução de escavações; -----

----- 4) Uma vez que a obra tem um Bruckner equilibrado (volume de escavação aproximadamente igual ao volume de aterro) foi necessário transportar os solos escavados a depósito provisório com o intuito de aguardar a diminuição do teor em água dos solos para valores que tecnicamente possibilitem a sua utilização em aterro; -----

----- 5) A diminuição dos rendimentos espectáveis para as atividades de terraplanagens deve-se também ao facto de, ao contrário da premissa utilizada para o planeamento, a grande maioria da escavação só ser possível através da utilização de explosivos para o desmonte de rocha dura e compacta. -----

----- Depois de analisados os elementos apresentados e ponderados todos os fatores enumerados pelo adjudicatário, entendem os serviços técnicos deste Município o seguinte: -----

----- a) A consignação da empreitada ocorreu em 20/01/2011 com um prazo de execução de 450 dias; -----

----- b) As alegações apresentadas pelo adjudicatário correspondem ao verificado na obra; -----

----- c) A conjugação dos diversos fatores tem originado baixos rendimentos.-----

----- Assim e tendo em consideração o acima mencionado verifica-se que as razões explicitadas são alheias à vontade das partes intervenientes no contrato de empreitada celebrado em 30/11/2010. -----

----- Atento a tais factos, julga-se razoável que seja modificado o contrato, no que se refere ao prazo de execução. -----

----- A alteração atrás mencionada configura uma modificação objetiva do contrato, sendo que de acordo com o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 311º do CCP, não poderá revestir forma menos solene do que a do contrato, propondo-se desta forma uma adenda ao citado contrato. -----

----- A citada alteração/modificação enquadra-se nos limites definidos no artigo 313º do CCP, sendo que não conduziria à alteração da ordenação das propostas admitidas a concurso se o prazo ora proposto tivesse sido colocado inicialmente no caderno de encargos. -----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nestes termos propõe-se a alteração do prazo de execução para 570 dias e a minuta da adenda a celebrar. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e proceder de acordo com o teor da informação dos serviços técnicos de obras.-----

----- Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao Contrato de Empreitada “Variante a Vidual de Cima” , bem como, conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 3.2 – SERVIÇO DE ÁGUAS E SANEAMENTO

#### 3.2.1 - “Comunicação nº 564 de 06/02/2012 – Consumo de água”

----- Foi presente uma informação do serviço de águas e saneamento, do seguinte teor:

----- “ Foi presente uma comunicação do Sr. Manuel Batista Ramos, respeitante ao contador nº 00480275 sito em Carvalho, na qual é referido o recibo nº 7538/2011 respeitante ao mês de outubro, o qual importa na quantia de 466,30€, sendo na comunicação solicitado o pagamento faseado em virtude do montante elevado. -----

----- Tendo os serviços contactado o cobrador do Município, o mesmo informou que o senhor responsável pela casa referiu haver passagem contínua de água no contador, pelo que supõe-se haver uma fuga, que ainda não foi detetada, pelo que deverá o Sr. Manuel Batista Ramos verificar a anomalia. -----

----- Por conseguinte foi comunicado o facto através do ofício nº 7600 de 26/12/2011 e alertado o munícipe para verificação interior da fuga de água, bem como o pagamento do valor faturado. -----

----- Tendo decorrido o prazo limite de pagamento sem que a fatura fosse liquidada, foi a mesma remetida à Tesouraria da Município na Guia de Débito nº 01/2012, sob o conhecimento nº 64 de 09/01/2012.-----

----- Dia 18/01/2012 foram os serviços de água deste Município contactados pelo Sr. Manuel Batista Ramos, alertando que não recebera a nossa comunicação, eventualmente extraviada, pelo que lhe foi enviada nova comunicação através do ofício nº 0362 de 19/01/2012. -----

----- Face ao exposto, dado o extravio da correspondência que causou um desfasamento entre comunicações e por forma a atender ao solicitado pelo munícipe, entendem os serviços o seguinte: -

----- 1º - Proceder à anulação do conhecimento nº 64 da Guia de Débito nº 01/2012 (de referir que uma fatura na situação de débito impossibilita o pagamento faseado), passando a fatura à





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

situação de emitida; -----

----- 2º - O pagamento do valor de 466,30€ em 6 prestações, sendo a 1ª no valor de 91,30€ correspondentes às tarifas fixas da fatura (4,57€), ao total de IVA faturado (26,14€) e a 60,59€ de consumo de água. -----

----- 3º - As remanescentes prestações importarão no valor de 75,00€ correspondentes a consumo de água faturado. -----

----- 4º - As prestações em causa serão liquidadas de forma sequencial, no último dia de cada mês, sendo a 1ª a 29/02/2012 e a 6ª a 31/07/2012. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e proceder de acordo com o teor da informação dos serviços de águas e saneamento. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 4 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA

##### 4.1 - EDUCAÇÃO E DESPORTO

##### 4.1.1. - Protocolo de Cooperação Institucional - Programa de Desporto Escolar

----- Foi presente um Protocolo de Cooperação Institucional, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e o Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra, no âmbito das atividades prosseguidas pelo Clube de Desporto Escolar, especificamente na modalidade de Multiatividades ao Ar Livre, ao abrigo do Programa do Desporto Escola, com base nos seguintes princípios: -----

----- Considerando que o Desporto Escolar é uma área transversal da Educação com impacto em diversas áreas sociais, constituindo um instrumento essencial na promoção da saúde, na inclusão e integração social, no combate ao insucesso e abandono escolar, pretende-se que o mesmo seja implementado de forma efetiva no A.E.P.S e acessível a todos os alunos; -----

----- Tendo em conta que um dos objetivos da política do Governo para a área educativa passa por reforçar o princípio de autonomia dos estabelecimentos de educação e de ensino e que um dos programas concretizadores desse princípio é o Programa de Desporto Escolar, assumido no Projeto Educativo e materializado no Plano Anual de





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

Atividades de cada escola, constituindo-se como um eixo estruturante de cada estabelecimento de ensino e, garantidamente, do A.E.P.S. -----

----- Considerando que ao A.E.P.S., de acordo com o Programa de Desporto Escolar, compete estabelecer o enquadramento das atividades a desenvolver no seu âmbito, assim como a promoção e divulgação das mesmas; -----

----- O Município reconhece a necessidade de promoção destas atividades, tendo em conta que as mesmas visam contribuir para a aquisição de hábitos de vida saudável, para a formação integral dos jovens em idade escolar e para o desenvolvimento desportivo municipal; -----

----- Atentos estes objetivos, o Município está interessado em desenvolver uma estreita cooperação com o A.E.P.S., no intuito de colaborar na efetiva promoção e dinamização das atividades supra indicadas, considerando que para tal importa disponibilizar espaços, equipamentos e materiais que se adequem a tais propósitos. -----

----- Assim, ao abrigo do disposto na al. b) do n.º 4 do art.º 64º e do art.º 67º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, e do disposto na al. b), do n.º 2, do art.º 21º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, é celebrado o presente Protocolo. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Protocolo e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.1.2 - Formação em Contexto de Trabalho (estágios)**

**- Joana Maria Batista Lucas**

----- Foi presente uma carta da Escola Secundária/3 Amato Lusitano de Castelo Branco (ESAL), que pretende saber da disponibilidade da Autarquia para ser entidade de Estágio da aluna Joana Maria Batista Lucas, no âmbito do Curso Profissional Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos a decorrer naquela Escola.-----

----- Mais refere, que para a conclusão do curso, os alunos terão que frequentar um Estágio, designado por Formação em Contexto de Trabalho e que o mesmo não envolve quaisquer encargos para a entidade recetora. A aluna é oriunda do Carregal, freguesia de Dornelas do Zêzere, concelho de Pampilhosa da Serra.-----

----- Cabe à Autarquia indigitar um seu técnico designado como "Monitor" para acompanhar e orientar as atividades, segundo o plano de estágio estabelecido entre a Entidade e a Escola. -----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e designar o Técnico de Informática da Autarquia, Nuno Miguel Martins Bandeira para Monitor do referido Estágio. -----

----- Nos termos do disposto +no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

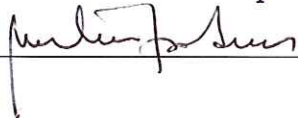
#### 4.1.3 - Cartões de Livre Acesso à Piscina Municipal

----- Foi presente a Informação nº 011 da Secção de Desporto, a remeter a relação de cartões de livre acesso à Piscina Municipal, nomeadamente, Cartão Sénior, Cartão Nós e os Avós e Free-Pass, concedidos para as atividades na Piscina, com um total de 84 cartões. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

### ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim,



, que a subscrevi. -----

